



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Mediúncia com Eça

Eça de Queiroz era, por assim dizer, um quase brasileiro. O pai, José Maria Teixeira de Queiroz, era brasileiro, nascera no Rio de Janeiro. A ama e madrinha era a pernambucana Ana Joaquina Leal de Barros. Além disso, ele foi colaborador assíduo de jornais cariocas. Nesta entrevista mediúnica exclusiva, Eça fala sobre a alma portuguesa e temas da atualidade.

O português foi cruel no processo de colonização. Mas existe também bondade na alma portuguesa?

Na alma portuguesa, a bondade floresce principalmente, sob uma forma toda nossa e do nosso povo — a caridade.

De que maneira?

Perante a mão que suplica, não paramos a desejar que ela agarrasse antes uma ferramenta para obter a abundância individual, ou que empolgasse antes uma arma forte para impor a igualdade social. Não: muito candidamente, escandalizando o economismo e o socialismo — palpamos o bolso, com viveza amorável, e damos. Talvez errando pelo lado da ciência, mas acertando pelo lado de Deus.

Atualmente, existe no Brasil um debate sobre o patriotismo e a patriotada. O que distingue os verdadeiros patriotas?

Põem a pátria acima do interesse, da ambição, da gloriola. Não a adulam, não a iludem: não lhe dizem que ela é grande porque tomou Calecut, dizem-lhe que ela é pequena porque não tem escolas. Gritam-lhe sem cessar a verdade rude e brutal. Gritam-lhe: Tu és pobre, trabalha; tu és ignorante, estuda.

O que está destruindo a política em nossos países?

Política de acaso, política de compadrio, política de expediente. País governado ao acaso, governado por vaidades e por interesses, por especulação e corrupção, por

privilégio e influência de camarilha, será possível conservar a sua independência?

Por que não aprendemos mais com os nossos erros?

É só relembrando, revivendo, ressofrendo as suas dores que a alma se corrige, se liberta, se aperfeiçoa, se torna mais própria para Deus.

Depois de viver tantas experiências e morar em grandes capitais do mundo o que lhe parece essencial na vida?

Tudo que não seja viver escondido numa casinhola, pobre ou rica, com uma pessoa que se ame, e no adorável conforto espiritual que dê esse amor — me

parece agora vão, fictício, inútil, oco e ligeiramente imbecil.

Em suas obras, o senhor ataca duramente as igrejas. Por que apesar disso, escreveu histórias de alguns santos?

O Portugal do meu tempo não era religioso, era padrista. Quem não conhece o poder da oração, é porque não viveu as amarguras da vida.

O senhor escreveu muito sobre as instabilidades e os mistérios do amor. A conexão de alma garante o amor?

Não pode haver ligação de almas onde não exista identidade de ideias, de crenças e de costumes.

» Entrevista | PAULO OCTÁVIO | PRESIDENTE REGIONAL DO PSD

O empresário trabalha para que as mudanças previstas no relatório de Cláudio Cajado (PP-BA) sejam retiradas do projeto de arcabouço fiscal. "Por que mexer em um projeto que veio do governo federal sem interferência no fundo?", questiona

"É uma perseguição à cidade"

» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO *

O possível congelamento do Fundo Constitucional do Distrito Federal foi tema do CB. Poder — parceria entre Correio e TV Brasília — de ontem. As jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, o presidente regional do PSD, Paulo Octávio, falou sobre as estratégias que políticos do Distrito Federal estão seguindo para mudar o relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BA). "A projeção que a Secretaria de Planejamento fez, foi de um prejuízo de R\$ 87 bilhões em 10 anos. Como o GDF vai gerir áreas tão importantes, como saúde, segurança e educação?", questionado o empresário.

O que é possível fazer para salvar o Fundo Constitucional do DF?

A projeção que a Secretaria de Planejamento fez, foi de um prejuízo de R\$ 87 bilhões em 10 anos. Uma projeção que eles fizeram com base na média de correção do Fundo Constitucional nos últimos 20 anos de existência, que em média cresceu 10% ao ano. Como que o governo vai gerir áreas tão importantes como saúde, segurança e educação? Vamos resumir numa frase, insegurança jurídica. É o que o Brasil atravessa, em vários aspectos, na economia, nos governos, municípios. Quando votamos o fundo, lá em 2002, foi um trabalho enorme, eu trabalhei quatro anos na época de deputado federal. Conseguimos unir a bancada, fizemos um trabalho na Câmara difícil, tivemos o apoio do (então presidente) Fernando Henrique Cardoso e depois foi para o Senado. Eu me lembro que a última votação do Senado foi em dezembro de 2002 e foi justamente a votação do fundo. E quase que a gente não consegue, foi um trabalho enorme. Na época o governador era o Roriz e nós fomos para o Senado e ficamos lá,

Mariana Lins/CB/DA Press



Como que o governo vai gerir áreas tão importantes como saúde, segurança e educação? Vamos resumir numa frase, insegurança jurídica"

no gabinete do presidente, conseguimos aprovar o fundo na Câmara e no Senado. O último ato do Fernando Henrique Cardoso como presidente foi sancionar o Fundo Constitucional, ele aprovou nos últimos dias aqui. Eu estive com ele (FHC), e ele me disse: "Poxa gosto tanto de Brasília, passei oito anos aqui, quero respeitar a cidade, a cidade precisa de uma tranquilidade para ser governada". Ele entendia o problema de Brasília. Se passaram 21 anos, e agora, de repente, na semana passada, vem uma proposta de um deputado do PP mudando a forma de reajuste do fundo. Mexe com

toda a cidade, porque, com o fundo garantido, dá tranquilidade ao governo local para aumentarem a nossa força policial, buscarem mais médicos, professores e, com essa instabilidade do fundo, nós vamos perder muito.

Já existe aí um plano B para uma estratégia no Senado? Como é que vai ser essa estratégia no Senado, onde o clima costuma ser mais ameno?

Parece-me que, no Senado, o relator será o senador Omar Aziz (PSD-AM), que, por sinal, é do meu partido, vamos fazer um trabalho com mais preparo e mostrar

que a cidade não pode sofrer. Por que mexer nisso? Porque mexer em um projeto que veio do governo federal sem interferência no fundo, pelo contrário, lá no artigo terceiro, garante-se o Fundo Constitucional e, de repente, uma emenda do relator muda. Não tem sentido, eu entendo que é uma perseguição à cidade. E vindo de um deputado da Bahia, que não conhece bem as dificuldades que sofremos aqui. Porque, quem não vive em Brasília e vê só o Plano Piloto, entende que aqui é uma cidade onde tudo funciona, mas o Plano Piloto, hoje, é 10% do Distrito Federal. A cidade cresceu

muito, você chega em Ceilândia, Planaltina a população só cresce. Brasília está crescendo muito e o governo tem que abrigar todas essas pessoas. Eles não entendem que é um fundo da capital do Brasil, Brasília é um símbolo nacional. Mexer nesse fundo, nesse momento, é insegurança jurídica, é perseguição à cidade e nós vamos lutar, vamos lutar na Câmara, no Senado e vamos lutar no Supremo. Porque isso é receita federal, se não mexerem no repasse dos municípios, dos estados, por que vai mexer no repasse do DF? DF é de todos, DF não é só dos habitantes de Brasília, é do

Brasil. Por isso mesmo que aqui estão as embaixadas, aqui estão os poderes constituídos, aqui está o Supremo, por exemplo, tudo funciona em Brasília.

Se não der certo no Congresso, ainda tem uma instância para tentar reverter essa situação do Fundo Constitucional do DF, que é o presidente da República. É possível? O senhor vai conversar com ele?

Claro que sim. Se não tiver sucesso, nós temos que ir ao presidente, mostrar a importância do DF. O presidente viveu em Brasília oito anos, conhece bem a cidade, a cidade sempre o prestigiou. Ele entende que não dá para sacrificar a cidade. Com o fundo, hoje, nós temos dificuldades no orçamento em Brasília, imagine com uma diminuição do fundo. Ele (Lula) tem que entender que, se quer uma boa segurança, eles não podem desprestigiar Brasília, tanto que a mexida no fundo não veio do Lula. O pessoal do PT, que tem acompanhado e tem lutado muito ao lado, como Geraldo Magela e Érica Kokay. O PT de Brasília está superunido no sentido de vetar essa emenda. Acontece que o governo federal ficou quieto, ficou parado na Câmara e não deu um sinal de luz. Se perdermos, vamos ao presidente, quem sabe ele veta. Se o presidente não vetar, vamos ao Supremo, até porque, o fundo é o repasse federal. O importante é estarmos unidos. Nesse caso, pela primeira vez, eu vi todos os políticos, todos partidos políticos, a imprensa. Quando percebi a dificuldade do relatório do Cajado, eu convoquei todos os 21 partidos do DF. Nós temos que estar unidos independentemente de cor partidária, ideologia. Os partidos têm que estar unidos para poder combater com firmeza essa emenda.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira

Especialistas defendem manutenção do FCDF

» ARTHUR DE SOUZA
» MILA FERREIRA

Cientista político e especialista em Estado e governo, Valdir Pucci ressalta que o DF é uma cidade muito complexa e diferente das demais. "O governo local não tem apenas demandas comuns a outras localidades, mas o fato de ser a capital do país, faz com que ele tenha atribuições, em especial, na questão da segurança pública", observa. "Além de Taguatinga, Plano Piloto e Planaltina, por exemplo, o GDF também é responsável pela segurança do próprio governo federal, embaixadas e poderes presentes na cidade", complementa Pucci.

Para ele, esse é só um dos exemplos que fazem o fundo

ser tão importante para o DF. Os prejuízos, segundo o cientista político, fariam com que o governo tivesse que alocar recursos. "O GDF não pode simplesmente deixar de atender a infraestrutura e segurança de funcionamento do governo federal, já que essa é a sua própria razão de existir (ser capital do país)", aponta. "Mas, para manter isso, os recursos sairiam justamente das áreas que o fundo ajuda a manter (saúde, educação e segurança) e serão essas áreas as mais atingidas", alerta.

O especialista afirma que não há uma forma fácil de mitigar esse prejuízo, caso ocorra. "Se não encontrar outras fontes de investimento, a saída serão cortes

orçamentários e mudanças no planejamento da cidade ou aumento de impostos, que venham a compensar as perdas financeiras", prevê. Para evitar a perda, Valdir Pucci acredita que a estratégia adotada no Senado, por parte do governo, deve ser a utilização de sua força política. "Em especial, o governador deve acionar o próprio MDB, seu partido, na defesa do DF. Outra ação é coordenar com os senadores, independente de ideologia política, um intenso trabalho dentro do Senado Federal com os demais parlamentares", aponta.

Economista aposentado do Banco Central, membro do Conselho Regional de Economia do DF e professor licenciado da

Universidade de Brasília (UnB), Newton Marques classifica como "muito grave" a possibilidade do congelamento do Fundo Constitucional. "O governo não consegue administrar as suas finanças e seus gastos somente com o que é arrecadado aqui no DF. Então, é de suma importância esse fundo para atender às demandas da sociedade, que exigem ao governo, como o reajuste dos professores", avalia. "Por isso, é importante os deputados e parte da sociedade pressionarem o Congresso para conseguir esse recurso. Caso contrário, vamos amargar dias muito ruins, do ponto de vista da gestão administrativa", acredita o especialista.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV S.A.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A. torna público que fará realizar no site do Compras.gov, a seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2023 - UASG 238014

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para realização de adequações físicas na Sala Segura do Data Center Distrito Federal (DCDF).

A CONTRATADA será responsável pela elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais, adequações civis, instalação de equipamentos, configuração de sistema e elaboração de projeto conforme construído ("as built")

DATA DE ABERTURA: 06/06/2023 às 10:00 horas.

O Edital encontra-se disponível no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2023
Paula Maria Silva Galvão Dourado
Pregoeira